



PARECER TÉCNICO

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO-PA

REFERENTE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3.2024-001PMNR.

A Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento vem através deste, emitir seu parecer técnico quanto à proposta de preço da empresa que concorreu à tomada de preço que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA ESCOLA INDÚSTRIA DE CHOCOLATES NO MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO - PA.

A análise das propostas está estritamente vinculada a critérios e fatores estabelecidos no ato convocatório. Deve ser objetivo e realizado conforme as normas e os princípios estabelecidos na Lei de Licitações, a fim de garantir a igualdade para os participantes. O Art. 59 da lei 14.133/2021 diz que:

“Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que: II -não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;”.

A Constituição Federal art. 37, XXI, por sua vez, assim estabelece:

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.”



Conforme o Acórdão 966/2011 Primeira Câmara:

“A aceitação de proposta ou celebração de ajustes em desacordo com as regras anteriormente fixadas nos instrumentos convocatórios pode comprometer a isonomia e a obtenção da proposta mais vantajosa para o Poder Público.”

De acordo com o documento da Advocacia Geral da União, PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA-DNIT, em DESPACHO/TCO/PROCURADORIA/DNIT N.º00880/2010, no item 15 especifica a questão de proposta mais vantajosa x melhor preço:

“15. Portanto, por melhor proposta deve se entender não somente aquela que oferecer o menor preço, mas também, e, principalmente, a que guardar consonância com os requisitos impostos pela administração como necessários para sua elaboração. Nesse sentido, de nada adianta uma proposta que apresente valor reduzido se, na sua elaboração, não foram obedecidos os critérios previstos expressamente no edital”

Nos itens 16 e 17 temos o que segue:

“16. Entender de modo contrário equivaleria a ferir o princípio da isonomia, pois, a adoção de critérios geraria, conseqüentemente, propostas com valores distintos, o que poderia, em tese, permitir que os licitantes que não se valerem das imposições consignadas no edital, obtivessem benefícios em relação aos demais, cumpridores das condicionantes previstas no ato convocatório”.

“17. Fosse assim, seria mais lógico e prudente sepultar de vez o tipo de licitação “técnica e preço” do ordenamento jurídico, pois, desse modo, a administração teria sempre em mãos a menor proposta, sem que fosse necessária a avaliação dos critérios técnicos para se efetivar a contratação”.
[grifo nosso]

ANÁLISE

A planilha de custos funciona como parâmetro para a Administração efetuar uma contratação segura e exequível, sendo imprescindível a sua verificação, de modo a evitar possíveis distorções dos preços unitários ofertados. Essa atuação poderá evitar, na apresentação de necessários acréscimos contratuais, especialmente em obras e serviços, o chamado “jogo de planilha”, que invariavelmente leva a possíveis aditamentos ao contrato e superfaturamento do objeto contratado.

Após exame da proposta apresentada pela empresa licitante, onde o setor de engenharia verifica a proposta orçamentária da empresa conforme o que foi apontado acima, seguindo a ordem de classificação das empresas após a realização da concorrência eletrônica.



Foram analisados os documentos da empresa:

- H S CONSTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 23.313.897/0001-09

A empresa H S CONSTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI:

Em análise à proposta apresentada pela empresa licitante, identificou-se a adoção de **percentuais divergentes dos legalmente estabelecidos para os tributos PIS, COFINS e ISS**, no âmbito do regime do **Simples Nacional**.

- a) *A empresa declarou Receita Bruta Total acumulada nos 12 meses anteriores ao da licitação (RBT12) no valor de R\$ 885.937,78. Com base nesse montante, verifica-se que a empresa se enquadra na 4ª faixa do Anexo III da Lei Complementar nº 123/2006, que trata das alíquotas aplicáveis às atividades de prestação de serviços, como construção civil.*

Conforme dispõe a legislação vigente, especificamente os anexos e alíquotas estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 155/2016, os percentuais correspondentes aos tributos federais e municipais, dentro da alíquota efetiva dessa faixa, são os seguintes:

- **PIS:** 0,39%
- **COFINS:** 1,80%
- **ISS:** 3,80%

A adoção de alíquotas incorretas implica erro na formação do preço proposto, com impacto direto na composição dos encargos tributários incidentes sobre os serviços ofertados. Além disso, desrespeita os critérios objetivos de avaliação da proposta, podendo configurar tentativa de simulação de menor preço por meio de subavaliação indevida de tributos, prática vedada pelo princípio da isonomia entre os licitantes.

*Dessa forma, a proposta encontra-se **em desacordo com a norma legal vigente aplicável ao regime tributário declarado pela empresa**, seu BDI está em desacordo com as normas vigentes anuais, o que afeta toda sua proposta de preços.*

Conclui-se, portanto, que a concorrente H S CONSTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, não atendeu aos requisitos mínimos exigidos pelas boas práticas de engenharia na elaboração de sua proposta.



É o Parecer.

Novo Repartimento (PA), 18 de Julho de 2025

Renan e Silva Silvestre
Secretário Municipal de Gestão e Planejamento
Portaria Nº 32/2025-GAB
Engenheiro Civil – CREA 1515273245